

TJMG

I N F O R M A T I V O

Publicação da Secretaria do Tribunal
de Justiça do Estado de Minas Gerais

BH - NOVEMBRO - 2007
ANO 13 - NÚMERO 122



ENTREVISTA: DES.
FERNANDES FILHO
Página 9

EJEF TREINA
GESTORES
Página 10

Conciliação: Justiça e paz social

Mais uma vez, o TJMG adere ao Movimento Nacional pela Conciliação, criado pelo Conselho Nacional de Justiça. De 3 a 8 de dezembro, a Semana da Conciliação vai enfatizar a realização de acordos, prática já adotada com sucesso na Justiça Comum (Centrais de Conciliação), nos Juizados Especiais, nos Juizados de Conciliação e na Central de Conciliação de Precatórios.

Páginas 6 e 7



Conciliar: uma forma de dizer sim

Orlando Adão Carvalho - Presidente

Os profissionais do Direito sintonizados com o Judiciário do Século XXI têm convicção de que a palavra-chave para a solução de conflitos nos tempos atuais é "conciliação". Não se admite hoje resolver controvérsias sem buscar a composição amigável entre as partes e, dessa forma, buscar reverter disputas e ânimos alterados, em favor do diálogo e da harmonia. Por isso, a reedição do Movimento pela Conciliação, seguindo as diretrizes traçadas pelo Conselho Nacional de Justiça, é muito bem-vinda.

O Tribunal de Justiça de Minas Gerais adere à campanha, reunindo esforços para a promoção de acordos na Justiça Comum, Juizados Especiais, Juizados de Conciliação e Central de Precatórios. A presidente do Supremo Tribunal Federal, ministra Ellen Gracie, fará a abertura da semana em Belo Horizonte, no dia 3 de dezembro.

Lembramos que o empenho para a solução pacífica das controvérsias vem sendo estimulado ao longo de todo o ano, visando disseminar essa nova cultura de se fazer justiça, com maior autonomia para os cidadãos resolverem suas próprias questões.

De 3 a 8 de dezembro, iremos nos dedicar, de um modo especial, a difundir a conciliação, levando o tema para a praça pública e locais de grande circulação de pessoas. Vamos agendar audiências e dar visibilidade aos acordos obtidos e às relações restauradas pelo espírito da conversa franca e honesta. Apresentações artísticas, com atores e repentistas, darão o toque especial à Semana, enfatizando a importância da conciliação.

Muito se discute sobre decisão judicial. A sentença põe fim ao conflito ou pereniza a desavença, criando um mal-estar interminável? Sabe-se que, não havendo a composição amigável entre as partes, a solução do caso passa a uma terceira pessoa, o juiz, que põe fim ao processo judicial. E, muitas vezes, a sentença consegue desagradar a ambas as partes.

É essencial perceber que conciliar significa também maior agilidade e, acima de tudo, representa simplificar – "Quem simplifica diz sim". Buscar o pronto-atendimento é corresponder aos anseios da sociedade por uma justiça célere. O mundo tecnológico dita novas regras, redimensionando as expectativas relacionadas ao tempo de espera por soluções.

A primeira frase da Constituição Federal reforça que nossa sociedade está "comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias". Avaliando que existe uma forte tendência de jurisdicionalização dos conflitos e que a decisão judicial, muitas vezes, não ameniza a contenda, podemos chegar à conclusão de que o incentivo à prática da conciliação corresponde ao desejo de se buscar a tão almejada paz social.

"Conciliar é legal", diz o CNJ – "e faz bem", completamos com o espírito da mineiridade, propício ao diálogo, à boa conversa, à hospitalidade e ao acordo. A conciliação é menos onerosa e exige apenas que exercitemos a nossa capacidade de ouvir, de compreender, de não elegermos verdades absolutas e, acima de tudo, de praticar o amor e a fraternidade.

Erratas

1 - Na página 10 do TJMG Informativo nº 121, o cargo de vice-presidente do Conselho de Supervisão e Gestão dos Juizados Especiais é ocupado pelo desembargador Caetano Levi Lopes.

2 - A foto que faz fundo da capa do mesmo TJMG Informativo, repetida na página 6, é do professor Ricardo Fiúza. Ela foi tirada em 1973 para o Centenário do TJ e retrata o Tribunal da Relação, em Ouro Preto.

Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

Presidente: Orlando Adão Carvalho;

1º Vice-Presidente: Isalino Lisbôa;

2º Vice-Presidente: Antônio Hélio Silva;

3º Vice-Presidente: Carreira Machado;

Corregedor-Geral: José Francisco Bueno;

Superintendentes de Comunicação: Alexandre Victor de Carvalho e Fernando Botelho;

Secretário Especial da Presidência: Luiz Carlos Elói;

Secretária do Presidente: Sidneia Simões;

Assessora de Comunicação

Institucional: Goretti Paiva; Gerente de

Imprensa: Wilson Menezes; Jornalista

Responsável: Ione Bernadete Dias - RG n.

1.929/MG; Revisão: Patrícia Mellillo e Ione

Bernadete; Diagramação e ilustração: Shirley

de O. Moraes Sousa; Fotolito e Impressão:

Lastro Editora Ltda.

Ascom TJMG: Rua Goiás, 253 - 1º andar -

Centro - Belo Horizonte - MG

CEP 30190-030

Tel.: 31 3237-6551

Fax: 31 3226-2715

E-mail: ascom@tjmg.gov.br

Ascom TJMG/Unidade Francisco Sales:

31 3289-2520

Ascom Fórum BH: 31 3330-2123

TJMG Informativo

E-mail: informativo.ufs@tjmg.gov.br

Participe

Interessados em divulgar notícias no próximo TJMG Informativo devem encaminhar o material à Ascom até o dia 14/11/2007.

TJMG empossa mais dois desembargadores

No mês de outubro, dois novos desembargadores passaram a fazer parte do TJMG. No dia 11, o juiz Alberto Henrique Costa de Oliveira (esquerda) foi empossado no cargo de desembargador e, no dia 25, foi a vez de o juiz Marcos Lincoln dos Santos (direita) assumir outra vaga no mesmo cargo. Natural de Grão Mogol, Alberto Henrique é bacharel em Direito pela UFMG e ingressou na Magistratura em 1989. Marcos Lincoln nasceu em Elói Mendes e é graduado em Direito pela Faculdade de Direito de Varginha.

Marcelo Albert



Marcelo Albert



TJ propicia primeira experiência de trabalho

Elenice Rodrigues

Trabalhador mirim é o nome dado aos adolescentes que estão vivenciando a primeira experiência no mercado de trabalho.

Há mais de vinte anos, a Associação Profissionalizante do Menor (Assprom) encaminha adolescentes para o Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG).

Com a proposta de formar integralmente o jovem através do trabalho, a associação seleciona e treina jovens para admissão em órgãos públicos e empresas privadas com as quais mantém contrato. Aqui, o treinamento é realizado para atender à demanda do Tribunal.

“É uma grande contribuição social”, destaca a supervisora dos trabalhadores mirins, Marília Aires de Melo Silva. Segundo ela, hoje, 436 adolescentes (342 na capital e 94 nas comarcas do interior) desempenham atividades de coleta e entrega de correspondência, documentos e encomendas; organizam pastas, preparam etiquetas, arquivam papéis, atendem ao telefone, anotam recados e auxiliam em outras atividades, de acordo com a orientação da coordenação. Aqueles que têm um bom desempenho contribuem com outras atividades do setor.

Frequência escolar

Para ser um trabalhador mirim, é preciso ter entre 15 e 18 anos, estar cursando, no mínimo, a 7ª série do ensino fundamental, comprovar baixa renda, ser aprovado em testes de português e matemática e ser um aluno freqüente.

“A Assprom tem uma ligação direta com as escolas, isso facilita o monitoramento da freqüência escolar. Os jovens têm que freqüentar, no mínimo, 75% das aulas. Por meio de assistente social da associação, os jovens que têm deficiência escolar ou que não se adaptaram ao serviço recebem acompanhamento”, explicou Marília Aires.

O Tribunal de Justiça desenvolveu o Manual do Trabalhador Mirim, que é usado no treinamento de integração dos recém-chegados. Muito colorido e com uma linguagem própria para os adolescentes, o manual foi desenvolvido para que os jovens tenham à mão regras de bom comportamento, deveres e benefícios.

Em 2008, será implantado o formulário de avaliação de desempenho do trabalhador mirim para acompanhar o desenvolvimento desses jovens. Assiduidade, iniciativa, zelo com o patrimônio, produtividade e conduta serão avaliados trimestralmente pelo supervisor imediato.

Roberson Magela Miranda, 22 anos, tornou-se trabalhador mirim em 2002, quando cursava a 1ª série do ensino médio. “Isso contribuiu para que eu amadurecesse mais cedo e conquistasse o primeiro emprego. Em março de 2004, fui contratado como auxiliar administrativo”, contou Roberson Miranda, atualmente lotado na Ascom do Fórum Lafayette.

Concurso Literário

Neste mês de novembro, o TJMG promove, por meio da Diretoria Executiva da Gestão de Bens, Serviços e Patrimônio (Dirsep), em parceria com o Departamento de Apoio Administrativo (Deapa), o 6º Concurso Literário dos Trabalhadores Mirins do Poder Judiciário. “Meu primeiro emprego, experiências que vivi, coisas que aprendi” é o tema desta edição que premiará o vencedor com um microcomputador, o 2º colocado com um *microsistem* e o 3º lugar com um *disc-man*.

Os jovens têm que freqüentar, no mínimo, 75% das aulas

O TJMG conta com os serviços de 436 adolescentes



Marcelo Albert

A Diretora do Foro de Unaí, Karla Larissa Augusto de Oliveira, idealizadora do concurso de redação e frase

Comarcas do interior adotam medidas em favor dos jovens



Rafaela Leal

Promover um Concurso de Redação de Frases em Unaí e implantar a Fundação *Vem-Ser* em Patos de Minas. Essas foram as medidas tomadas pelos juízes do interior com o intuito de educar e conscientizar a comunidade local acerca dos problemas sociais que mais preocupam suas comarcas.

Em Unaí, alunos do ensino fundamental e médio de escolas públicas e privadas estão produzindo textos para um concurso de redação de frases, cujo tema proposto é *Por que não usar drogas?* A escolha desse argumento surgiu após a diretora do Foro da comarca de Unaí, juíza Karla Larissa Augusto de Oliveira, perceber que grande parte dos delitos cometidos por adolescentes na cidade era motivada pelo consumo de drogas.

A magistrada também se mostrou preocupada com o consumo de álcool na cidade sem que as pessoas avaliem as consequências do vício. "Assim, conscientizar e levar às crianças o máximo de informações acerca das drogas serve como trabalho preventivo para a reflexão e discussão sobre o tema, aumentando a capacidade de enfrentamento do problema, que é chaga local", disse a juíza Karla Larissa.

O concurso é a primeira ação do recém-implantado projeto *Valorize a Vida*, que tem como objetivo promover ações sociais relevantes e aproximar o Judiciário e a comunidade.

O projeto é uma iniciativa do Poder Judiciário de Unaí, em parceria com a Secretaria Municipal de Educação, Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social/Projeto *Unaí Sem Drogas* e Fundação Municipal de Arte e Cultura.

VEM-SER

Outro projeto do interior foi a implantação da Fundação *Vem-Ser*, de proteção e assistência ao adolescente, em Patos de Minas.

Criada por um grupo de cidadãos da cidade, sob a coordenação do juiz da Vara da Infância e Juventude, Joamar Gomes Vieira Nunes, a Fundação tem como objetivo a reeducação e reinserção social daqueles que se encontram à margem da sociedade, além de sugerir medidas para retirar do papel propostas do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

A situação vivida na comarca de Patos de Minas, como constatou o juiz Joamar Nunes, é de quase completo descaso, situação que gera insuportáveis taxas de violência e prostituição infanto-juvenil. O juiz alerta para a necessidade de proteção integral aos menores.

As causas diagnosticadas foram, entre outras, falta de estrutura familiar, desinformação e despreparo dos pais, bem como ausência de vontade e de empenho das autoridades públicas para a elaboração de um projeto de atendimento ao adolescente em situação de risco social ou em conflito com a lei.

"Assim, para atenuar as consequências desse cenário - o que poderia ser considerado um sonho -, surge a Fundação *Vem-Ser*", frisa o juiz.

Unaí e Patos de Minas promovem ações que atendem crianças e adolescentes em situação de risco social

TJ reajusta verba indenizatória

Marcelo Albert



Oficiais de Justiça, psicólogos, assistentes sociais e comissários de menores têm direito ao ressarcimento dos gastos com transporte

Nanci Andrade

O presidente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, desembargador Orlando Adão Carvalho, definiu o reajuste nos valores da verba indenizatória de transporte para os servidores de 1ª Instância, que atuam como oficiais de Justiça, psicólogos, assistentes sociais e comissários de menores. Os mandados urbanos passarão de R\$3,00 para R\$4,50 e os rurais passarão de R\$3,00 para R\$6,00.

A verba indenizatória é o ressarcimento das despesas com locomoção para fazer citação, intimação e cumprir diligência fora das dependências do Tribunal ou do juízo de 1º grau onde esteja lotado.

Considerando a necessidade de atualização nos valores da verba, o presidente baixou a Portaria 2.046/07, em junho de 2007, instituindo um Grupo de Trabalho para desenvolver estudos e apresentar propostas para revisão da regulamentação da verba indenizatória de transporte dos servidores da Justiça de 1ª Instância. O reajuste concedido foi uma das sugestões contidas no relatório apresentado pelo grupo, acolhida pelo desembargador.

Foram membros integrantes do Grupo de Trabalho: o juiz diretor do Foro da capital, André Leite Praça, que presidiu os trabalhos; o juiz-coordenador dos Juizados Especiais de Belo Horizonte,

Vicente de Oliveira Silva, a assessora jurídica da Secretaria de Planejamento (Seplag), Elizabeth Alvim Bonfioli, o gerente de Controle de Receitas e Repasses Especiais (Gerec), Leonardo H. Rodrigues, a gerente de Sistemas Judiciários, Maria do Carmo Martins Carneiro, e o coordenador da Central de Guias do Fórum Lafayette, Olímpio Gonçalves Pimenta.

Anteriormente, os servidores recebiam R\$3,00 por mandado efetivamente cumprido, no caso dos oficiais de Justiça; ou diligência efetivamente realizada, no caso dos psicólogos, assistentes sociais e comissários de menores.

Os novos valores serão aplicados aos mandados emitidos a partir de novembro de 2007 e creditados no mês de dezembro de 2007.

A Presidência acolheu, ainda, a proposta de serem intensificados estudos para alteração da legislação pertinente, de modo a permitir a criação de uma verba indenizatória fixa, para todos aqueles servidores que cumprem diligências externas.

Os novos valores serão aplicados aos mandados emitidos a partir de novembro

Semana da Conciliação de novo em de

Marcelo Albert



Nas fotos acima, momentos da Semana da Conciliação do ano passado

André Lana

“Foi um feriado legal”. Essa frase resumiu o sentimento de alívio de um aposentado, após chegar a um acordo com uma ex-empregada, em uma audiência realizada no Juizado de Conciliação de Belo Horizonte, no Dia Nacional da Conciliação do último ano, comemorado em 8 de dezembro de 2006.

A empregada doméstica reclamava o valor referente ao INSS que não foi pago. “Ela trabalhava cuidando da minha mãe, que tem mal de Alzheimer. Fizemos um acordo para pagar o restante do que lhe devo em 24 vezes. Valeu demais”, comemorou o aposentado.

Casos como esse mostram o quanto é importante a conciliação para reduzir conflitos sociais.

Convencido de que o caminho a ser seguido é o da conciliação e de que a população apóia e confia na forma ágil e fácil de solucionar conflitos, o Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) vai reeditar, neste ano, a Semana da Conciliação, aderindo assim, mais uma vez, ao Movimento Nacional pela Conciliação, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). A “pedra fundamental” já foi lançada.

O presidente Orlando Carvalho fez publicar, no dia 20 de setembro, a Portaria nº 2099/07, que estabelece o período de 3 a 8 de dezembro para a realização de atos de conciliação em Minas e institui uma comissão especial, presidida pelo diretor do Foro da comarca de Belo Horizonte, juiz André Leite Praça. Essa comissão tem se reunido, semanalmente, com a finalidade de elaborar, organizar e divulgar o evento.

O slogan de 2006, *Conciliar é legal e faz bem*, vai ser adotado mais uma vez. No ano passado, o TJMG promoveu diversas atividades durante a Semana e finalizou o “mutirão de audiências”, no Dia Nacional da Conciliação, com mais de 1.200 acordos realizados, na capital e em comarcas do interior.

A expectativa é que, em 2007, a campanha consiga mobilizar e conscientizar ainda mais a população sobre a importância de se tentar solucionar conflitos por meio de acordos. Para isso, o Tribunal de Justiça prepara uma grande

campanha, com informes e peças teatrais em espaços públicos, e conta com a participação da presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministra Ellen Gracie, que fará a abertura oficial da Semana Nacional da Conciliação, no dia 3 de dezembro, direto de Belo Horizonte.

Além disso, está previsto um novo “mutirão de audiências”, com participação das várias comarcas que aderiram ao movimento deste ano. A crescente procura por parte da sociedade, a evolução e a expansão dos Juizados Especiais e de Conciliação, das Centrais de Conciliação na Justiça Comum e da Central de Conciliação de Precatórios sinalizam um número ainda maior de acordos em dezembro.

Juizados Especiais

Os números são significativos. Os Juizados Especiais, que no ano de 2000 engatinhavam, com um acervo de cerca de 2 mil processos, têm hoje um acervo que beira a casa de 560 mil processos. E vale lembrar: são 12 anos de efetivação dos Juizados Especiais em Minas, com a Lei 9.099, de 1995, come-morados em setembro deste ano.

A crescente demanda é acompanhada por outros dados que demonstram a importância dos Juizados. Atualmente, recebem cerca de 40% das ações da Justiça Comum. Somente no primeiro semestre de 2007, mais de 80 mil acordos foram realizados entre as partes na fase de conciliação. Este é também um ano de muitas realizações: foi criado o Conselho de Supervisão e Gestão dos Juizados Especiais, presidido pelo desembargador José Fernandes Filho, e a Justiça Eletrônica chegou ao Judiciário mineiro, justamente no Juizado Especial, com a implantação do projeto-piloto. O *Projudi*, sistema criado e fornecido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), encontra-se em pleno fun-





Marcelo Albert

cionamento no Juizado Especial da UFMG, em Belo Horizonte.

Por fim, em outubro último, foi divulgado o resultado de uma pesquisa encomendada pela Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), que avaliou a imagem das instituições públicas brasileiras (veja entrevista com o desembargador Fernandes Filho nesta edição e ofício da presidente do STF, ministra

Ellen Gracie, ao lado). O Juizado Especial está lá – terceira instituição brasileira em que a população mais confia. Na frente, somente a Polícia Federal e as Forças Armadas.

Dentre outros resultados, a pesquisa aponta também o Judiciário como o Poder mais confiável da República.

Juizados de Conciliação

Os Juizados de Conciliação, que, neste ano, ganharam 19 novos postos no Estado, também apresentam dados expressivos, mostrando que a chamada “justiça informal” é um poderoso instrumento de resolução de litígios.

Em 2006, os juizados receberam um total de 11.335 reclamações. Somente na primeira metade deste ano, já foram mais de 10.500.

Além disso, até julho de 2007, foram realizadas mais de 3.500 sessões de conciliação, com cerca de 2.400 acordos, contra um pouco mais de 4000 sessões e 2.800 acordos contabilizados em todo o ano passado. O índice de acordos passou de 67,75% para 68,82%. Hoje, Minas tem 324 postos dos Juizados instalados.

Conciliação de Precatórios

A Central de Conciliação de Precatórios (Ceprec), por sua vez, confir-

mou sua condição de referência no país.

Comitativas de diversos estados, como Mato Grosso do Sul, Paraná e Espírito Santo, vieram ao TJ, em 2007, para conhecer o trabalho realizado em Minas. A comitiva de Mato Grosso do Sul, por exemplo, veio, em abril, buscar informações para implantação de uma central de conciliação de precatórios no TJMT.

A Ceprec atua no pagamento de dívida dos precatórios dos entes públicos, como Estado, Municípios e outros entes ligados à administração pública.

Até agosto deste ano, a Central já havia promovido 518 audiências na esfera estadual, com 416 acordos, o que representa 80%. O índice foi ainda maior nas audiências envolvendo municípios do interior – 93% (74 audiências e 69 acordos) – e o Instituto Mineiro de Agropecuária (IMA) – 100% (49 acordos).

Em outubro, o TJMG realizou, na conciliação itinerante, outras 45 audiências no sul do Estado, envolvendo 16 municípios, com 93,1% de acordos obtidos.

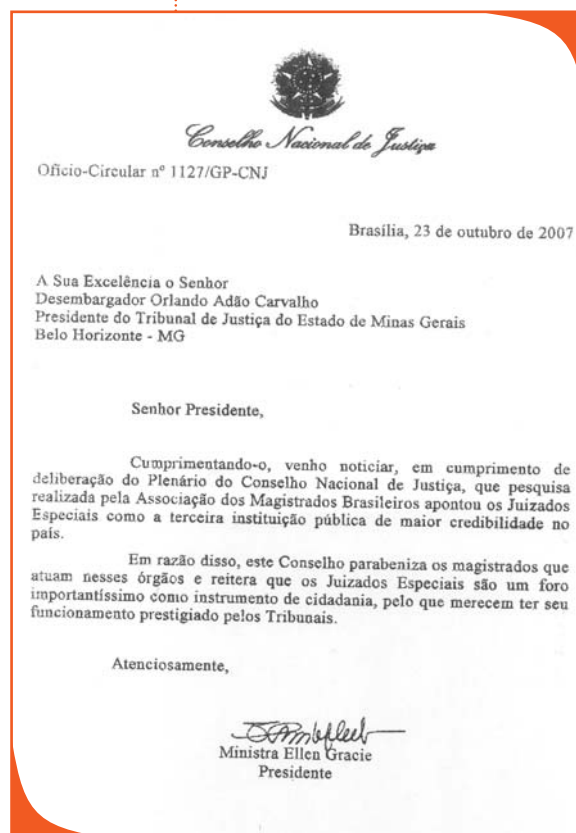
Centrais de Conciliação

Já as Centrais de Conciliação na Justiça Comum, regulamentadas em 2003, demonstram, a cada ano, o porquê de sua criação e a sua importância para a redução do tempo de tramitação processual.

Somente nos três primeiros anos de atuação, mais de 140 mil audiências foram realizadas e quase 100 mil acordos, concretizados. Em julho deste ano, o número de audiências já chegava perto dos 30 mil.

Atualmente, das 294 comarcas do Estado, 222 têm Central de Conciliação instalada. E a sua expansão não pára – até o final de 2007, estão previstas instalações de mais 17 centrais em comarcas do interior do Estado.

Ofício da presidente do STF, ministra Ellen Gracie



No dia 3 de dezembro, a presidente do STF, ministra Ellen Gracie, abre, em Belo Horizonte, a Semana Nacional da Conciliação



Equipe da Sepac coleta os dados para o GPD

Marcelo Albert

GPD orienta ações da Corregedoria

Nanci Leite

A Corregedoria-Geral de Justiça apresentou ao Comitê Executivo os resultados alcançados no período de janeiro a julho deste ano, por meio da implantação do Gerenciamento pelas Diretrizes (GPD).

Na avaliação do secretário de Padronização da 1ª Instância, Suporte ao Planejamento e à Ação Correicional (Sepac), Renato Cardoso Soares, o GPD possibilita a sistematização de dados que promovem uma reflexão conjunta acerca dos resultados obtidos.

O Relatório Global das Correições Ordinárias tem como objetivo levantar o diagnóstico amplo e gerencial, para a Corregedoria e administração do TJMG, sobre a situação dos serviços judiciais da Primeira Instância. As metas propostas no GPD foram construídas com base nas atribuições institucionais.

Ação correicional

Para Renato Cardoso, a participação das equipes tem permitido o desenvolvimento do planejamento semestral de ações, com o foco de atuação sobre os maiores problemas.

A meta traçada pela Corregedoria

- ter 100% do planejamento semestral pautado em informações que apontem as prioridades das ações de fiscalização em âmbito regional e estadual - permitiu a identificação das comarcas e varas passíveis de ação correicional, por meio da verificação dos indicadores de desempenho. A prioridade estabelecida foi a da fiscalização das comarcas que apresentavam os índices mais desfavoráveis.

No período, foram desenvolvidas ações de orientação e fiscalização em 32 comarcas e 71 varas do estado com o objetivo de reduzir em 20% a taxa de acervo paralisado em cada vara. O índice total baixou de 74.135, registrado em janeiro, para 58.398, medidos em julho, o que demonstra o alcance da meta prevista para o período.

Já o plano de fiscalização nos serviços notoriais e de registro definiu, como atuação, o desenvolvimento de ações nas comarcas não fiscalizadas nos últimos cinco anos. Nesse sentido, o cronograma das ações correicionais planejadas para o semestre foi executado em sua totalidade, exceto no mês de maio, em que foram realizadas 90% das ações previstas.

Juizados Especiais: Terceira instituição pública mais confiável do país

O desembargador Fernandes Filho preside o Conselho de Supervisão e Gestão dos Juizados Especiais

Patrícia Meilillo



Recentemente, a empresa “Opinião Consultoria”, a pedido da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), divulgou pesquisa, realizada no período de 4 a 20 de agosto de 2007, sobre a imagem das instituições públicas brasileiras, revelando que 71,8% dos entrevistados acreditam nos Juizados Especiais - terceira instituição mais confiável no País, logo depois da Polícia Federal e das Forças Armadas, respectivamente, com 75,5% e 74,7%.

O ex-presidente José Fernandes Filho é, em grande parte, responsável pela implantação dos Juizados Especiais no país, seja na condição de presidente da Comissão Executiva do Colégio de Presidentes dos Tribunais de Justiça, seja porque, desde sua instalação, dirigiu a Comissão Supervisora, hoje Conselho de Supervisão e Gestão dos Juizados Especiais.

TJMG Informativo – Como o senhor e os demais membros do Conselho de Supervisão e Gestão dos Juizados receberam o resultado da pesquisa feita por “Opinião Consultoria”?

JFF: Ao tomar conhecimento da pesquisa, meu primeiro cuidado foi confirmar o resultado. Recebi do professor David Duarte Lima, coordenador geral da pesquisa, a confirmação e, ainda, o esclarecimento de que a expressão “Juizados de Pequenas Causas”, usada na pesquisa, correspondia efetivamente a Juizados Especiais, pois inexistentes aqueles desde o advento da Lei nº 9.099, de 1995.

TJMG Informativo – A que atribui resultado tão significativo?

JFF: Os Juizados, inovação da Constituição de 88, vieram para oferecer jurisdição ao pobre, ao carente, que não eram, até então, destinatários da jurisdição no Brasil. A chamada demanda reprimida trouxe para os Juizados grande número de processos, que quase nos esmagaram, na fase inaugural – sem prática, sem juízes, sem servidores, sem sedes próprias.

TJMG Informativo – Que dificuldades

enfrentaram os Juizados?

JFF: Além das dificuldades de ordem material, os Juizados enfrentaram uma terrível campanha de desmoralização, da OAB e, até, de alguns magistrados. Considerada justiça de segunda classe, sobre inconveniente porque poderia levar à perda de clientela, os Juizados hoje estão consolidados. Cedo se percebeu que infundados os temores de alguns advogados, hoje destinatários de uma clientela crescente. Alguns magistrados ainda os consideram justiça não-qualificada, tudo resultado de cultura antiga, que será superada.

TJMG Informativo – Os Juizados têm respondido a contento às expectativas da sociedade?

JFF: O resultado da pesquisa responde à pergunta. Mas é bom lembrar que, a partir da instalação dos Juizados em Minas, em fins de 1995, recebemos 4.899.843 reclamações, oferecemos solução a 4.337.027, fizemos 4.386.504 audiências, restando um acervo de 562.816 processos, que representam apenas 11% da massa circulante.

TJMG Informativo – Qual seria o Juizado Especial ideal?

JFF: Nos Juizados Especiais, o juiz tem que ser operoso e rápido. Bom juiz, para nós, é o que faz acordos, assim construtor da paz social, e não necessariamente o que prolata muitas sentenças, revelando erudição. As audiências de conciliação devem ser marcadas dentro de vinte dias, e a elas deve estar sempre presente o juiz, e não só os conciliadores.

TJMG Informativo – O juiz leigo pode solucionar a falta de magistrados nos Juizados?

JFF: Sou contrário à figura do juiz leigo. Em primeiro lugar, porque enfraquecerá o juiz togado, restabelecendo, de alguma forma, a figura do vogal ou do juiz classista, já extirpados da jurisdição trabalhista; em segundo, porque a clientela dos Juizados Especiais se sentirá discriminada pelo Estado, que, para os ricos, tem juízes togados e, para os pobres, leigos; em terceiro, porque comprometerá a agilidade, pois o juiz togado terá que reexaminar os processos concluídos pelo juiz leigo; se recusar aprovação aos processos concluídos pelo leigo, criará insegurança nas partes.

TJMG Informativo – O senhor está satisfeito com os juízes e com os Juizados de Minas?

JFF: São exemplares e merecem meu definitivo respeito. Crédito a eles o resultado da pesquisa: anônimos, sem assessores, também a eles indispensáveis, dão testemunho que me comovem. É claro que ainda temos muitos acertos a fazer. Dia virá em que à demanda crescente corresponderá um acervo decrescente, apesar da falta de patrimônio da nossa clientela, o que dificulta a execução e, assim, pereniza o acervo. O apoio especial dos presidentes, corregedores, da Corte e Colegiados do TJ tem sido imprescindível. Sem esse, que jamais nos faltou, não teríamos alcançado esta honrosa consagração nacional.

Gestores aprendem a lidar com a inclusão

Reinaldo M. Gomes

“Todos nós estamos vivendo um momento difícil com o processo de substituição dos terceirizados pelos efetivos. Mas o Tribunal está nos orientando para enfrentar esta transição”. A opinião do gerente Fernando César Marçal, do 4º Cartório de Recursos a Outros Tribunais, confirma que o objetivo do Programa de Desenvolvimento Gerencial, promovido pela Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes (Ejef), foi atingido. Com o tema *Gestão com Pessoas – Módulo Inclusão*, o curso reuniu cerca de 190 coordenadores e gerentes das diversas áreas do Tribunal de Justiça de Minas Gerais nos meses de setembro e outubro.

O treinamento visou preparar os gestores para a inclusão não apenas dos aprovados no último concurso da 2ª Instância, mas também dos servidores com deficiência, explicou a gerente de Formação Permanente da Ejef, Madalena Garcia. “O trabalho de inclusão abrange toda a diversidade presente na instituição”, disse, destacando que há algum tempo o TJMG não desenvolvia um treinamento gerencial desse porte.

Temas

Gestão de pessoas, liderança de equipes, clima organizacional, relacionamento interpessoal e administração de conflitos foram alguns dos temas abordados. A

primeira parte do treinamento foi aplicada pela equipe do Núcleo de Desenvolvimento de Competências Humano-Sociais (Nudhs). Os participantes assistiram ainda a palestras sobre temas atuais, como assédio moral e suas conseqüências para a saúde, ministradas pelo psicólogo e jornalista Arthur Lobato e pelo médico do TJMG Geraldo Majela de Assis Pereira.

Todos nós somos diferentes, temos algum tipo de deficiência, independente de sermos pessoas deficientes

A Gerência de Desenvolvimento e Acompanhamento das Carreiras (Gedac), por meio da Coordenação de Orientação à Lotação e Movimentação (Comov), a Gerência de Saúde no Trabalho (Gersat)

e a Coordenação de Controle da Prestação de Serviços Gerais (Cosec) também contribuíram na realização do Programa, apresentando aspectos do funcionamento desses setores, que estão diretamente relacionados ao tema abordado.

Integração

Uma das etapas do programa ofereceu aos gestores orientações básicas sobre a integração das pessoas com deficiência. A iniciativa se justifica, tendo em vista que o concurso público prevê que 10% das 750 vagas são reservados aos portadores de alguma limitação física, motora, auditiva ou visual.

O palestrante, doutor em Educação pela UFMG e diretor-geral da Coordenadoria Especial de Apoio à Pessoa Deficiente, da Secretaria de Desenvolvimento Social do Governo de Minas Gerais, Flávio Couto e Silva de Oliveira, falou sobre a diversidade no ambiente de trabalho. Segundo Flávio Oliveira, que é deficiente visual, “todos nós somos diferentes, temos algum tipo de deficiência, independente de sermos pessoas deficientes”. A diversidade, aponta Flávio Oliveira, não é uma coisa a ser tolerada. “Ela precisa ser desejada”, advertiu.

Preconceito

Questionada sobre o tema, a servidora da Coordenação de Arrecadação e Contadoria (Corac), Sandra Linhares Martino, destacou a importância de se aprender a trabalhar com as diferenças. “É preciso combater o preconceito de que o diferente é um problema”, incentivou.

Opinião endossada pelo deficiente visual Danilo Bayão, lotado na Assessoria de Comunicação Institucional (Ascom). “Quando entrei no extinto Tribunal de Alçada, em 2002, uma preocupação da Diretoria de Recursos Humanos era que eu exercesse uma função adequada e não ficasse na dependência completa de outras pessoas. Queriam que eu fosse um funcionário útil ao Tribunal”, conta. A solução encontrada foi o uso de um programa de voz através de computador, que permite a leitura dos votos escritos. Bayão considera extremamente importante a adequação do deficiente à função que irá exercer.

E suas limitações não impediram que ele desempenhasse outra atividade: comentários esportivos pela Rádio TJ. “Sou familiarizado com a linguagem radiofônica. Essa é uma das coisas que mais gosto de fazer”, destaca.

Bayão manda um recado para aqueles que vêem na deficiência física um obstáculo para atingir seus objetivos: “Cada um, dentro de sua capacidade e limitações, tem condições de servir bem ao Tribunal”.

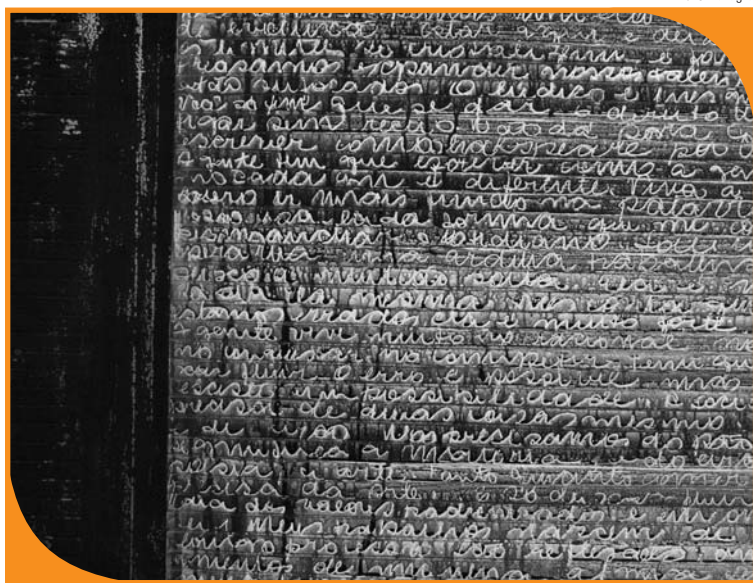
O curso foi ministrado pela Ejef a cerca de 190 gerentes e coordenadores do TJMG



Marcelo Altiert

Galeria do Fórum

mostra arte em desenhos e poemas



Túlio Travaglia

Obra que está em
exposição na Galeria

Rosana Maria

Para fechar o ano de 2007, a Galeria de Arte do Fórum Lafayette recebe as obras da artista plástica Vânia Barbosa.

A mostra é um misto de desenhos e fragmentos de poemas dela e de poetas consagrados, como Mário Quintana, Fernando Pessoa e Pablo Neruda. Ela diz que a poesia é uma união com a forma plástica. “É um acordo, não é uma agressão”, considera.

Quebra-cabeça

“Nos meus trabalhos, formo um quebra-cabeça em que predomina um certo mistério, pois tudo que escrevi não é lido. Às vezes é. E é isso que eu quero”, explica Vânia Barbosa.

A artista escreve e rasga poemas e pensamentos, inserindo os fragmentos à obra. Observa que cada pedaço, por menor que seja, tem seu devido valor e depois vai fazer parte do todo. O resultado são palavras soltas, “semi-cobertas, legíveis ou ilegíveis, misturadas, de pernas para o ar ou ausentes, caladas...” reflete.

Vânia gosta da experimentação dos materiais e, principalmente, do rasgado com a mão. “Prefiro rasgar o pão a cortá-

lo”, comenta. Prefere, também, o contato direto com a tela e a tinta, sem intermediários, como o pincel ou a espátula.

A artista

Vânia Barbosa nasceu em Pequi/MG. É bacharel em artes plásticas pela Escola Guignard. Estudou com Orlando Castaño, Marco Túlio Resende, Karim Lambrecht, Cristina Kubisch.

Tem, em seu currículo, a participação em diversos salões e exposições individuais e coletivas, dentro e fora do país, e várias premiações nacionais.

A Galeria, localizada na avenida Augusto de Lima, 1.549, Barro Preto, integra o Espaço Cultural Fórum Lafayette, coordenado pela Assessoria de Comunicação Institucional – Fórum Lafayette, com patrocínio do Banco do Brasil e apoio da direção do Foro da comarca de Belo Horizonte. A curadoria é de Patrícia Limongi.

A abertura da exposição será dia 20 de novembro, às 19 horas, para convidados. O público poderá visitá-la de 21 de novembro de 2007 a 24 de janeiro de 2008, de segunda a sexta, das 8 às 18h.

Narradores de Javé é atração do Cine Fórum

Rosana Maria

Um filme sobre memória, história e exclusão, *Narradores de Javé*, da diretora Eliane Caffé, será exibido no Espaço Cultural Fórum Lafayette, no dia 28 de novembro, às 18h30, no pátio interno do Fórum Lafayette. A entrada é franca.

Javé um povoado que está prestes a ser inundado para a construção de uma hidrelétrica. Seus moradores descobrem que o local poderia ser preservado se tivesse um patrimônio histórico de valor, comprovado em documento científico. Na tentativa de transformar o local em patrimônio histórico, resolvem escrever a sua história.

O filme foi rodado entre junho e setembro de 2001, em Gameleira da Lapa, cidade do interior da Bahia. Foi lançado em 2003 e tem 100 minutos de duração. A exibição foi autorizada pela MPLC Brasil - Empresa Brasileira de Licenciamento de Audiovisuais Ltda.

O Cine Fórum integra o Projeto *Quarta Cultural*, uma realização da Assessoria de Comunicação Institucional – Núcleo Fórum Lafayette, com o apoio da Direção do Foro da Comarca de Belo Horizonte e patrocínio do Banco do Brasil. Informações pelo telefone (31) 3330-2123 ou pelo e-mail forumbhultural@tjmg.gov.br.

Show de Natal

Este ano, o TJMG irá comemorar o Natal com um show do grupo *14 Bis*. A apresentação será no dia 15 de dezembro, às 20h30, no Minascentro. Mais informações pelos telefones 3289-2230 e 3289-2225.

Conto Sete em Ponto

Dênia Ribeiro

O projeto *Conto Sete em Ponto* apresenta, no mês de dezembro, *Contos para iluminar o Natal*. Quatro histórias diferentes contadas por Beatriz Myrrha, Cristina Barbosa, Carla Marães e Pierre André em uma noite que promete reviver toda a magia do Natal.

O *Conto Sete em Ponto* será dia 6 de dezembro, às 19h, no Auditório do Anexo I do TJMG - rua Goiás 229, centro. Os convites podem ser obtidos gratuitamente na Assessoria de Comunicação Institucional e na Livraria Quixote (Savassi), na véspera e no dia do evento.

Coordenado pelas contadoras de histórias Daura Guimarães e Rosana Mont'Alverne, o projeto *Conto Sete em Ponto* é uma realização do TJMG, com produção da Ascom e patrocínio do Banco do Brasil.

Cine TJ apresenta:

Amor Sublime Amor

Daniel Oliveira

Uma das histórias mais conhecidas de todos os tempos, o romance impossível de Romeu e Julieta foi transportado para a Nova Iorque dos anos 50 e ganhou uma de suas versões mais aclamadas no cinema em *Amor Sublime Amor*.

O musical de 1961 é considerado um dos ícones do gênero, ganhou 10 *Oscars* –

inclusive melhor filme e direção – e foi apontado o 51º maior filme de todos os tempos pelo *American Film Institute*, em 2007.

Adaptado de um musical da *Broadway*, *Amor Sublime Amor* inicialmente trataria do romance entre um garoto católico e uma moça judia. O *boom* da imigração portorriquenha no fim dos anos 40 e início dos 50, porém, mudou o plano dos produtores, resultando em um sucesso de público e crítica.

Algumas letras, inclusive, foram mudadas do espetáculo teatral para o filme, no sentido de ressaltar o preconceito de que os imigrantes eram vítimas à época.

O musical é o único caso da história do *Oscar* em que a estatueta de direção foi dividida por duas pessoas: Robert Wise (*O Dia em que a Terra Parou*) e o coreógrafo Jerome Robbins (*O Rei e Eu*).

Amor Sublime Amor será exibido no *Cineclub* do dia 29 de novembro, às 19h, no auditório do Anexo II do TJMG, na rua Goiás, 253, 3º andar, Centro, com comentários do desembargador Sérgio Braga. Curador da mostra, ele faz apontamentos que relacionam o conteúdo do filme ao universo do Direito e da Justiça.

Daniel Oliveira

CLICK DO LEITOR

Não por acaso, o nome dessa cadeia de montanhas de *Queenstown* - cidade ao sul da Nova Zelândia - é *The Remarkables* (Os Notáveis). Ela pode ser vista de qualquer ponto da cidade

e faz parte dos *Southern Alps* (Alpes do Sul), que cortam ao meio toda a ilha sul do país. Os *Remarkables* ficaram famosos ao serem usados como pano de fundo das fortalezas de Saruman em *O Senhor dos Anéis*. Algumas cenas do filme também foram rodadas no alto das montanhas, com equipe e atores sendo levados de helicóptero. *Queenstown* é uma cidade de 30 mil habitantes, conhecida como a capital mundial dos esportes radicais.

Daniel Oliveira – Ceimp – Ascom

